

Gazeta Mercantil – 19/09/2007

Sem entraves para investir e crescer

Empresários pedem a remoção dos obstáculos que impedem taxa maior de desenvolvimento.

Ivonéte Dainese

Promover a discussão com o objetivo de apresentar propostas que contribuam com os setores de infra-estrutura e energia, prioritários para o desenvolvimento do Brasil, foi um dos objetivos do debate "A presença da Indústria de Base no PAC Geração de Energia", realizado pela Gazeta Mercantil, com o apoio da Casa Brasil, ontem na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O presidente do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Multimídia (CBM), Nelson Tanure, afirmou na abertura do evento que neste momento o País precisa continuar mantendo o ritmo de crescimento, já que vinha "patinando" nos últimos 30 anos. "Decisões sérias precisam ser tomadas. Não é possível que países como Argentina, Rússia, China e Índia, cresçam e deixem o Brasil para trás. Desde a década de 80 estamos parados e por isso, entendemos que neste momento, energia elétrica é uma das prioridades. Quanto à infra-estrutura, pouco se tem feito e questões jurídicas, que são tão criticadas, precisam fazer parte deste debate", disse o executivo. Segundo Tanure, o governo, a sociedade e principalmente os meios de comunicação têm deveres e responsabilidades com o País. O executivo acredita que grandes projetos de energia elétrica, como as usinas do Complexo do Rio Madeira, em Rondônia, com potencial de 6A50 megawatts (MW) e Belo Monte,

no Pará, com 5.700 MW, vão dar o rumo certo. "Essas oportunidades têm que ser bem apresentadas para a indústria brasileira. Não se cresce sem tecnologia, não podemos ser apenas produtores de commodity, mas também de tecnologia própria em áreas de geração," disse.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prevê que 54,5% do total de R\$ 503,9 bilhões em investimentos previstos em infra-estrutura nos próximos quatro anos será na área energética. Isso equivale a R\$ 274,8 bilhões. Para 2007, a projeção de investimentos em energia é de R\$ 55 bilhões, e para o período 2008-2010, R\$ 219,8 bilhões. Do total de investimentos em infra-estrutura, R\$ 112 bilhões são para este ano e R\$ 391,9 bilhões para o período de 2008 a 2010. Todas as projeções de investimentos em infra-estrutura incluem recursos do setor privado.

Para o presidente em exercício da Fiesp, Benjamim Steinbruch, o setor privado está interessado em participar desse desenvolvimento previsto no programa do governo federal, porém, existem entraves, principalmente na infra-estrutura que acabam inibindo a produção industrial. "Estamos perdidos no tempo discutindo coisas que inviabilizam o País," explica, mesmo considerando que dentro da esfera governamental existem pessoas preocupadas com a estagnação do programa.

Na opinião de Steinbruch, o Brasil tem matéria-prima em abundância, mas precisa de infra-estrutura para ser negociada. Como exemplo, destaca as obras da Transnordestina, de 1.300 quilômetros que integrará sete estados do Nordeste. Os trens, terão capacidade para escoar a produção agrícola do Norte e Nordeste, parte carente de logística de transporte, para os portos de Pecém e Suape (PE). Um investimento total, incluindo linha férrea, pátios de carregamento e terminais marítimos, de R\$ 4,5 bilhões.

Quanto à energia elétrica, as atenções da Fiesp estão voltadas para as indústrias, que precisam de garantias, frente à possibilidade de um "apagão". O ministro de Minas e Energia, Nelson Hübner, fez questão de descartar essa hipótese.

Para isso, dentro do PAC, a maior fatia de investimentos ficou para os investimentos neste setor. "Hoje, a gente tem um planejamento forte para atender os mercados regulado e livre." De acordo com as projeções do MME, hoje estão sobrando no País 8 mil MW de energia elétrica, volume que poderá aumentar com a entrada em operação de grandes usinas.

Hübner buscou no resultado do último leilão (A-3), em que as ofertas vindas de fontes hídricas não foram apresentadas, para mostrar o poder da indústria. "Fiquei preocupado porque não tinha oferta mas, me tranqüilizei quando soube que o Grupo 'Votorantim havia comprado toda a energia."

Para tranqüilizar os empresários, o ministro explicou que o governo destravou este ano, grandes empreendimentos como as hidrelétricas que formam o Complexo do Rio Madeira e Belo Monte, e que com outras fontes de energia poderão garantir o abastecimento. "Antes da entrada de Santo Antônio, o País. Poderá contar também com a energia gerada através da biomassa, que vem apresentando números expressivos. Outra alternativa são as nucleares, que além da energia, traz benefícios para o meio ambiente", disse Hübner, em resposta aos números apresentados pelo senador e presidente da comissão de infra-estrutura do Senado, Marconi Perillo.

Para o senador, a questão energética não está sendo tratada com a devida atenção que merece por existir um descompasso no governo. Pelos cálculos do senador, de 98 a 2002 foram licitados 10.975 MW com uma média anual de 2.195 MW. De 2004 a 2006, 1.428 MW e apenas 357 MW na média anual. Menos de 1.500 MW foram licitados, sendo que durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foram licitados 600% a mais que no primeiro mandato do presidente Lula. "O "apagão" ronda o País. É impossível imaginar que Santo Antônio e Belo Monte vão gerar antes de quatro anos. O governo do PT vai ter que investir para garantir energia", alerta.

Dentro do painel, "Energia e Infra-estrutura: desafios e oportunidades para o crescimento do Brasil", o diretor do departamento de Infra-estrutura da Fiesp, Luiz Gonzaga Bertelli, também divergiu das informações do ministro Hübner. Para ele não existem investimentos suficientes para médio prazo. "O governo prevê números que não são reais. Não existem investimentos, principalmente em geração, considerando que o PAC veio para atender essas necessidades", explicou.

Gonzaga sinaliza para um dos maiores agravantes que afetam diretamente a economia do Brasil, a carga tributária, cujo reflexo compromete o preço e a escassez de energia elétrica. "O Brasil voltou a queimar lenha e carvão. Não podemos esperar que a chuva resolva nossos problemas."

O risco de um novo "apagão" em 2011, é de 27%, segundo avaliação do presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, que também participou do debate. "O ministro falou em déficit aceitável para 2011, abaixo dos 5%, porém, é preciso avaliar pontos importantes. Como é possível se avaliar as chuvas para um período de cinco anos?"

Na mesma linha de Sales, o jurista Ives Gandra Martins, em sua apresentação foi direto e chamou o governo para uma discussão que reflete diretamente nos dois temas, infra-estrutura e energia, que é o alto valor que se paga de tributos; "Onde está o governo quando verificamos que 50% de tributos estão em cima da energia elétrica?"